

Constituinte tem quatro projetos de diretas já

Brasília — Só falta ficar pronto o regimento da Assembléia Nacional Constituinte para o Congresso Nacional começar a fervilhar com propostas de redução do mandato do presidente Sarney. O PDT, o PT, o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) e o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) já têm prontos projetos de ato, resolução ou lei constitucional, todos com o mesmo fim: fixar eleições diretas exatamente na hora em que se encerrarem os trabalhos da Constituinte.

“Se a nova Constituição for mesmo promulgada no dia 7 de setembro, como deseja o deputado Ulysses Guimarães, poderemos ter eleições diretas ainda no dia 15 de novembro”, prevê Lysâneas Maciel, dono também de uma proposta alternativa. Ele acha que, além da manifestação livre e soberana do povo pelo voto, o presidente tem ainda uma forma de legitimar seu mandato: removendo todo o entulho autoritário e deixando a Constituinte agir soberanamente.

A proposta do seu partido é mais radical e deverá ser formalizada ainda hoje: o líder Brandão

Monteiro (RJ) tem em mãos um projeto de lei constitucional estabelecendo que, 60 dias depois de promulgada a nova Constituição, o país deverá ter eleições diretas para presidente da República. “E não vai ser difícil aprovar isso. Basta conversar com gente de todos os partidos que está interessada em reduzir o mandato presidencial. E nós já estamos conversando”, avisa Brandão Monteiro.

O tema “Diretas já” está em todas as conversas do Congresso Nacional, e o editorial publicado domingo pelo jornal *The New York Times*, pregando eleições diretas no Brasil, tornou mais palpitante o assunto. Na semana passada, numa reunião na casa do deputado Carlos Sant’Anna (líder do Governo na Câmara), os deputados Virgildásio Senna, Orlando Brito, Maurílio Ferreira Lima e Bernardo Cabral já discutiram exaustivamente o assunto, analisando até seus riscos: “Acho mais perigosa a crise política que se avizinha do que a econômica”, alertou Bernardo Cabral (PMDB-AM).